

CAPITAL EDUCADOR: A POTÊNCIA DESTRUTIVA E LUCRATIVA DA ARTICULAÇÃO DE APH E DA PLATAFORMIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO

EDUCATIONAL CAPITAL: THE DESTRUCTIVE AND PROFITABLE POWER OF THE
ARTICULATION OF APH AND THE PLATFORMIZATION OF EDUCATION

Astrid Baecker Avila¹

<https://orcid.org/0000-0003-4868-3026>

Mauro Tilton²

<https://orcid.org/0000-0001-9146-4019>

Resumo

As profundas mudanças pelas quais passa a educação no Brasil, especialmente a partir dos anos 1990, têm a indelével marca dos movimentos dos capitais, alterando forma e conteúdo, objetivos e mecanismos de controle e mercadorizando um conjunto crescente de atividades educacionais. Este artigo apresenta parte de uma pesquisa documental e genética que objetivou identificar elementos da imposição dos interesses do capital especificamente pela articulação de dois fenômenos marcantes na educação atual: a plataformação do trabalho e, conseqüente, da educação, em especial pela introdução de tecnologias digitais e a ação de organizações privadas constituídas em Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs), visando a consolidação do projeto burguês de formação por meio de mudanças na política educacional e nas ações do Estado, visando criar o ambiente necessário ao destrutivo processo de reprodução do capital. Conclui que já é possível perceber que as políticas educacionais revelam a tendência do controle dos processos educacionais via plataformação e trabalho digital e que os APHs cumprem papel estratégico ao projeto burguês abrindo caminho e tecendo acordos entre governos e setores da classe dominante buscando criar consenso acerca da inevitabilidade da educação digital sob controle do capital.

Palavras-chave: plataformação da educação; aparelhos privados de hegemonia; capital educador; trabalho digital; educação digital.

¹ Universidade Federal de Santa Catarina.

² Universidade Federal de Santa Catarina.

Abstract

The profound changes that has been happening in the last period by education in Brazil, especially since the 1990s, bear the indelible mark of capital movements, altering form and content, objectives and control mechanisms, and commodifying a growing set of educational activities. This article presents part of a documentary and genetic research project that aimed to identify elements the imposition of capital's interests specifically through the articulation of two striking phenomena in current education: the platformization of labour and, consequently, of education - especially by the introduction of digital technologies; and the action of private organizations constituted as Private Hegemony Apparatuses (APHs), aiming to consolidate the bourgeois educational project through changes in educational policy and state actions, aiming to create the environment necessary for the destructive process of capital reproduction. Conclude that it is already possible to perceive that educational policies reveal a tendency towards the control of educational processes through platformization and digital work, and that APHs play a strategic role in the bourgeois project, paving the way and forging agreements between governments and sectors of the ruling class, seeking to create consensus about the inevitability of digital education under the control of capital.

Keywords: platformization of education; private hegemonic apparatus; educational capital; digital work; digital education.

INTRODUÇÃO

O presente artigo traz resultados parciais³ de uma pesquisa documental e genética (Bourdieu, 2014) que tem por objetivo identificar elementos da imposição dos interesses do capital especificamente pela articulação de dois fenômenos marcantes na educação atual: a plataformação do trabalho e, conseqüente, da educação, em especial pela introdução de tecnologias digitais, e a ação de organizações privadas constituídas em Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs).

Para as reflexões apresentadas no presente artigo, o *corpus* documental foi composto de três documentos estatais (Brasil, 2018; 2019; 2023), quatro de Organismos Internacionais (Banco Mundial, 2021; OCDE 2006; OECD 2020; UNESCO 2022) e quatro de Aparelhos Privados de Hegemonia (CIEB 2020; Fundação Telefônica Vivo 2024; 2024a; 2024b). Consideramos adequada ao trabalho ora apresentado a explicação de Evangelista (2009, n/p):

Do pressuposto de que o sujeito é produtor de conhecimento conclui-se que o *corpus* documental é por ele definido, analisado, compreendido. A racionalidade presente na documentação não é dada a priori; ao contrário, tal racionalidade é construída como conhecimento que ordena os elementos oferecidos pelas evidências empíricas. [...]Thompson (1978, p. 48) cita Sartre: “a história não é ordem. É desordem: uma desordem racional. No momento mesmo em que mantém a ordem, isto é, a estrutura, a história já está a caminho de desfazê-la.” Deste lugar privilegiado o pesquisador deriva sua abordagem e da empiria retira

³ Trata-se do projeto Formação de professores para o capital, plataformação e a refuncionalização da escola, financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES), Edital FAPES 28/2022 – Universal (Nº FAPES: 944/2023 - P:2023-P485Z, Nº SIAFEM: 2023-P485Z).

elementos para sua inteligência e ação. Problematisa suas inferências e pergunta-se se suas inquiuições fazem sentido. Tal procedimento não deve ser aleatório, conquanto seja sempre incompleto. Trata-se do papel posto para os intelectuais: encontrar o sentido dos documentos e com eles construir conhecimentos que permitam não apenas o entendimento da fonte, mas dos projetos históricos ali presentes e das perspectivas que – não raro obliteradas no texto – estão em litígio e em disputa pelo conceito, pelo que define o mundo, pelo que constitui a história.

Assim, também buscamos suporte em dados e conceituações presentes em relatórios de instituições que tem destacada atuação no suporte e na avaliação das políticas públicas articuladas à temática da digitalização e da plataformização do trabalho (CGI, 2022; Silva, Chiarini e Ribeiro, 2024, estes últimos pelo IPEA-Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

Apoiados nos ensinamentos de Bourdieu (2014), buscamos considerar a gênese histórica dos objetos em estudo, e para tal nos apoiamos na sua perspectiva de pesquisa genética, ou seja, de reconhecimento dos ligames com o surgimento ao longo do processo histórico dos aspectos sociais enfocados e analisados. Como enfocamos a ação dos APHs, veremos que há íntima relação com o entendimento do Estado, e Bourdieu (2014, p. 220) nos explica que

[...] só a pesquisa genética pode nos lembrar que o Estado, e tudo o que dele decorre, é uma invenção histórica, um artefato histórico [...]. Fazer uma história genética do Estado, e não uma “genealogia” no sentido de Foucault, é o único antídoto verdadeiro ao que chamo de “amnésia da gênese”, inerente a toda institucionalização exitosa, a toda instituição que conseguiu se impor implicando o esquecimento de sua gênese. Uma instituição é exitosa quando conseguiu se impor [como algo óbvio]. Lembro a vocês a definição de instituição tal como a manejo: a instituição existe duas vezes, existe na objetividade e na subjetividade, nas coisas e nos cérebros. Uma instituição exitosa, que é, portanto, capaz de existir tanto na objetividade dos regulamentos como na subjetividade de estruturas mentais atribuídas a esses regulamentos, desaparece como instituição. Cessamos de pensá-la como *ex instituto*. [...] Uma instituição exitosa se esquece e se faz esquecer como tendo tido um nascimento, como tendo tido um começo.

Perseguindo essa indicação, ao trazer as interpretações dos documentos para a realidade social visando identificar suas relações e sua gênese histórica, procedemos buscando “jamais enfrentar um problema como tal, mas em ver que os problemas criam problema, portanto que há uma gênese histórica dos problemas (Bourdieu, 2014, n/p)”. Buscando verificar se o sentido atribuído aos documentos possui coerência e sustentação em análises de outros pesquisadores também buscamos suporte em outros estudos, especialmente sobre o trabalho digital, a plataformização e relações e implicações na educação. Dada a forte presença de organizações privadas constituídas como Aparelhos Privados de Hegemonia em diferentes esferas sociais e especialmente no Aparelho de Estado, houve a necessidade de identificar também este importante aspecto da realidade, ainda que de forma breve, sobretudo por sua relação com os processos de apropriação de esferas sociais cada vez mais amplas pelo capital.

No processo de avanço do capital sobre esferas sociais garantidoras de direitos sociais, destaca-se o crescente processo de privatização de novo tipo, que remonta, no Brasil, ao período da reforma do Estado segundo preceitos da política neoliberal, iniciado na década de 1990 (Brasil, 1995). Martins, Souza e Pina (2020, p. 9) explicam que a privatização de novo tipo “envolve tanto

a desfiguração da instituição como espaço público por meio de mecanismos privados gerencialistas quanto a incorporação de organizações privadas”. Explicitam que se trata de uma forma inovadora de privatização, pois mesmo que possua especificidades em relação à privatização clássica, mantém o seu fundamento, a saber, o controle privado sobre o bem público.

Os interesses privatistas são agenciados no meio social para dar sustentação às ditas reformas, que vão moldando o Estado e as relações econômicas frente às novas necessidades do capital (entendido como relação social) e assim precisam moldar subjetividades, naturalizando opressões e insensibilizando para as barbáries como a fome, a pandemia, a guerra, os massacres, os crimes ambientais e tantos outros fenômenos que fazem parte de nossos tempos. Um traço que permanece, mesmo tomando novos contornos, é a dilapidação daquilo que é público. E há também a necessidade, no capitalismo, de ruir com nosso senso de comunidade. Os serviços públicos estão na berlinda e sob ataque, que se intensificou com a chegada do neoliberalismo ao Brasil, se tornando uma constante desde os Governos de Fernando Henrique Cardoso. Como demonstra Granemann (2020), saúde e educação se tornam esferas mercadejáveis (possibilidade de expansão para tornar mercadoria com retorno certo, porque paga pelo Estado, como o Programa Universidade para Todos-PROUNI e o Fundo de Financiamento Estudantil-FIES).

Nesse contexto cresce o interesse pelas esferas que recriam a cultura e o pensamento humano, como a educação, não só a privada – lugar de bons negócios – mas também a pública, para conformar as novas gerações de trabalhadores/as e carrear os fundos públicos para a iniciativa privada. No último período assume relevo a presença das organizações privadas que se constituem em Aparelhos Privados de Hegemonia (Gramsci, 2022a), desenvolvendo ações coordenadas com conglomerados capitalistas que atuam na punção do fundo público através de sua inserção em esferas públicas, como a educação (Evangelista, 2021). Os novos contornos dados à privatização revelam-se, assim como sua nova configuração, como refuncionalização das instituições públicas para conformação aos modelos de relação social adotados no mercado, em que a competição, o individualismo, o *marketing* e o convencimento em torno de certas ideias e modelos.

O capital encontrou na esfera educacional um terreno fértil para sua expansão e concentração. Isso levou a uma reformulação do setor educacional, com acentuado uso das tecnologias digitais, permitindo grande concentração de capitais e reconfigurando os processos educacionais, com destaque ao trabalho e à formação docentes, à forma e ao conteúdo em que ocorrem esses processos (plataformização, Educação a Distância, currículos etc.).

A pandemia de Covid-19 (provocada pelo vírus SARS-CoV-2) acelerou as tendências já postas para o ensino não presencial, com a criação das condições para a implementação e uso de várias tecnologias digitais, como o ensino remoto, a educação híbrida e a educação a distância mediada por TICs (tecnologias da informação e comunicação) de base digital.

A partir da identificação de Aparelhos Privados de Hegemonia (APHs) que atuam em consonância com o capital é possível vislumbrar mudanças na formação docente e nos processos educativos que revelam o apassivamento e o controle da consciência social, visando o aperfeiçoamento dos mecanismos de extração de mais-valia. Assim, organizamos a sequência do artigo em três sessões, iniciando com uma breve recuperação conceitual sobre os APHs e elementos de sua inserção na área educacional, especialmente no debate sobre digitalização; em

decorrência disso trazemos uma breve conceituação e reflexão sobre trabalho digital e educação; na terceira, abordamos o fenômeno da plataformização. Finalizamos com algumas considerações.

APARELHOS PRIVADOS DE HEGEMONIA E A BUSCA PELA MANUTENÇÃO DO CONSENSO

A atuação de organizações privadas na esfera educacional não é exatamente o que se poderia chamar de novidade. Já nas disputas pela definição dos rumos da educação no início do Século XX, as marcas da atuação classista burguesa foram sendo impressas tanto na definição das políticas educacionais quanto na produção do ideário educacional brasileiro. Na atualidade, a ação burguesa no campo educacional ocorre em frentes diversas, algumas facilmente identificáveis, como a concentração de matrículas da educação superior em Instituições privadas com fins lucrativos, e outras menos evidentes, como a ação através de um amplíssimo leque de organizações sociais de diferentes formas jurídicas constituídas como APHs.

Como nos lembra Evangelista (2021, p. 173), “frações da burguesia disputam a conformação do pensamento e do corpo humanos e não se cansam de renovar seus discursos e suas estratégias políticas para que seu opositor necessário, o trabalhador, seja derrubado”. Não podendo prescindir da educação para a construção de hegemonia, a classe burguesa opera com um conjunto de APHs também ocupando espaços no aparelho de Estado. Na obra de Gramsci publicada nos Cadernos do Cárcere a compreensão dos processos envolvidos na construção da hegemonia são fundamentais para pensar e planejar uma estratégia abrangente de transformação social. Para o autor, a compreensão da hegemonia passa pela questão do Estado em sua relação com a sociedade civil, presumindo a relação de forças e as determinações de classe presentes em um dado contexto histórico.

A questão do Estado encontra em Gramsci uma contribuição importante para a ampliação do conceito e aprofundamento de sua compreensão, mantida a indicação de Lênin da necessária compreensão do desenvolvimento histórico das relações de forças, tanto entre as classes sociais como em seu interior, pelas disputas das suas frações. Nessas relações de força, componente central na construção da hegemonia, Gramsci (2022a) identifica um conjunto de aparelhos de hegemonia⁴ cuja ação dirige-se para alcançar o consentimento ativo e adesão das classes subalternas ao projeto dominante. Para Gramsci (2022b), o Estado tem e pede o consenso, e para a sua construção busca formas de educar este consenso através das associações políticas e sindicais. Estas associações, todavia, são organismos privados, cuja iniciativa, uso e formatação cabe à iniciativa privada da classe dirigente. A hegemonia “pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso” (Gramsci, 2022b, p. 48).

Decorre, então, a necessidade de identificação das relações, dos nexos essenciais entre estrutura e superestrutura. E nessa relação também assume relevo a direção cultural e moral dada

⁴ Uma explicação para o uso do conceito de aparelho de hegemonia ou aparelho hegemônico e de aparelho privado de hegemonia pode ser encontrada em Hoeveler (2019).

nas ações políticas, ações que contém interesses de classes no direcionamento da práxis social. O papel decisivo do Estado é complementado pela ação dos Aparelhos Privados de Hegemonia. Conforme Evangelista (2021) nos indica, o enorme número de APHs que atuam apenas na área educacional diretamente articulados à formação docente deixam seus vinhos na política educacional e “no interior do aparelho Estado [...] atuam no sentido de restringir recursos para a formação docente, punctionando o fundo público para seus cofres e convertendo os parques existentes a política de conta-gotas, denominada Edital” (Evangelista, 2021, p.176).

Na área educacional, o caso mais evidente da ação coordenada de APHs é o Todos pela Educação (TpE), que articula um enorme grupo de diferentes organizações da burguesia, com forte incidência no aparelho de Estado, especialmente ocupando postos no Ministério da Educação e em Secretarias Estaduais e Municipais de Educação, diretamente ou por uma infinidade de mediações de associações, institutos etc. (Evangelista; Fiera; Tilton, 2019). O Centro de Inovação para a Educação Brasileira (Cieb) merece destaque por sua incidência sobre a política educacional buscando ampliar espaço para a ação das *edtechs* e a financeirização da esfera educacional. Reis (2025) demonstra como os novos modelos de negócios de base tecnológica digital se relacionam com a entrada de novos agentes financeiros na educação e como o Cieb articula a ação burguesa para a disputa pelo fundo público.

Merece atenção também a atuação de APHs constituídos pelas grandes empresas do setor digital e de informação e comunicação para garantirem a ampliação da ação de seus capitais nas esferas dos direitos sociais, como a educação. O caso da Fundação Telefônica Vivo é ilustrativo: podemos ver em seu site que sua atuação possui como foco digitalizar a educação pública⁵ e para isso atua através de plataformas para estudantes e para formação de professores, além de buscar o engajamento de voluntários. Podemos ler que em 2024 mais de dois milhões de pessoas foram impactadas pelas ações, com 72 mil professores formados em EaD ou presencial e 1,6 milhão de estudantes, além de 21 mil voluntários⁶. Vai ficando evidente que a ação é dirigida para disponibilizar o amplíssimo contingente envolvido na educação pública para a base de clientes da empresa que mantém o Instituto, e de quebra permite o controle dos conteúdos formativos. Afinal, a digitalização da educação (pública, destaque-se!) atende aos interesses econômicos imediatos e ao processo de consolidação da hegemonia burguesa ao controlar conteúdos formativos e ampliar a desconexão dos sujeitos, que passam a se relacionar pelo espaço virtual construído segundo a visão de mundo e os interesses dos seus proprietários privados. A elaboração e publicação das Recomendações para Implementação da BNCC Computação pela Fundação Telefônica Vivo (2024a) e do Documento Orientador para a Atualização do Referencial Curricular (Fundação Telefônica Vivo, 2024b) é outro indicativo da atuação deste APH no sentido acima exposto.

A conexão com o movimento mais geral da incidência da digitalização na vida social e no trabalho vai sendo evidenciada. Ademais, é importante não olvidar do alerta que Mészáros (2005) formulou: se se quiser saber onde está a educação em uma sociedade, precisamos olhar onde está o trabalho.

⁵ Informação disponível em: <https://www.telefonica.com.br/fundacao-telefonica-vivo>. Acesso em: 27 set. 2025.

⁶ Informações disponíveis em: <https://www.fundacaotelefonicavivo.org.br/>. Acesso em: 27 set. 2025.

TRABALHO DIGITAL E EDUCAÇÃO

Ao nos referirmos ao trabalho digital faz-se necessário conceituar e definir do que estamos tratando. Graham e Anwar (2020) nos auxiliam nesse reconhecimento da especificidade do que é trabalho digital. Segundo os autores, o termo trabalho digital tem sido usado no meio acadêmico para descrever uma grande variedade de atividades: “trabalho de clique (*clickwork*), feito na casa das pessoas, trabalho de *call-center* em grandes escritórios, a edição de um artigo da *Wikipédia* e mesmo a postagem de uma foto em uma rede social, feita em um telefone” (Graham; Anwar, 2020, p. 48). Mas os autores nos auxiliam com uma especificação mais refinada ao focar em seu estudo o “tipo de trabalho digital que gera renda e que é digitalmente intensivo (em vez de ser apenas entregue por meio de redes digitais)” (Graham; Anwar, 2020, p. 48). Os autores destacam que seu foco está no trabalho que é:

1) sobretudo digitalmente-baseado (*digitally-based*) – isto é, baseado na manipulação de dados digitais de alguma forma; 2) digitalmente intensivo – o valor é criado primariamente por meio da manipulação de dados digitais; 3) potencialmente não próximo geograficamente – isto é, trabalho que pode ser feito, em teoria, de qualquer lugar; e 4) gerador de renda – não semelhante ao ato, digamos, de atualizar um perfil em uma rede social (Graham; Anwar, 2020, p. 48).

Fundamentados em David Harvey, esses autores destacam que o trabalho tem sido tradicionalmente ligado a um local, o que requer trabalhadores fisicamente próximos ao objeto ou resultado de seu trabalho. Porém, quando a matéria-prima com a qual as pessoas trabalham é a informação, “a relação entre trabalhadores e locais pode ser alterada, já que é possível manipular remotamente como uso de tecnologias da informação e comunicação” (Graham; Anwar, 2020, p. 47). Seguindo com os autores, identificamos então que uma importante ligação entre os trabalhadores e o objeto de seu trabalho é cortada, pois

se os trabalhadores podem fazer um trabalho baseado em informação (*information-based*), que pode ser rapidamente transmitido ao redor do mundo, então esse trabalho pode, em teoria, ser feito de qualquer lugar e por qualquer pessoa que tenha acesso às máquinas e conectividade adequadas (Graham; Anwar, 2020, p. 47).

A economia compartilhada, mais conhecida pelo termo em língua inglesa *sharing economy*, é um modelo de atividade econômica no qual as pessoas compartilham recursos, como por exemplo bens e serviços, através de plataformas digitais. Nesse modelo, a ideia central está no acesso a um recurso, que será priorizado em vez da sua posse individual, o que pretende ter como resultados uma utilização mais eficiente e rapidamente acessível a um número maior de usuários dos recursos disponíveis. Na *sharing economy*, as transações geralmente são realizadas por meio de aplicativos ou sites que conectam os provedores de serviços (ou proprietários de bens) aos consumidores (ou usuários), permitindo que eles compartilhem temporariamente o acesso a esses recursos em troca de pagamento ou, em alguns casos, por meio de trocas ou doações.

Os exemplos mais comuns de serviços na *sharing economy* incluem uso compartilhado de carros (como Uber e Lyft), hospedagem temporária (como Airbnb), aluguel de roupas e

equipamentos esportivos, compartilhamento de bicicletas e até mesmo o compartilhamento de habilidades e conhecimentos através de plataformas de *freelancers*. Sobre estes dois últimos aspectos a relação com o âmbito educacional vai assumindo contornos menos delimitados, pois ainda que a ideia por trás da *sharing economy* seja pretensamente promover a utilização mais eficiente dos recursos disponíveis, reduzir o desperdício, incentivar a colaboração entre as pessoas e fornecer acesso a serviços e bens, ao tratar do acesso ao comércio de trabalho intelectual tem gerado de forma acelerada por um lado a concentração e expropriação do conhecimento em favor das grandes corporações, que assumem objetivamente o papel de permitir ou vetar a circulação e disponibilidade de certos conhecimentos segundo seus interesses particularistas; por outro, acentua os problemas de saúde dos trabalhadores deste tipo de economia, em especial o adoecimento mental. Ainda, traz implicações sobre questões como segurança, regulação do trabalho e dos produtos e impacto sobre os empregos.

A relação mais direta entre a economia compartilhada (*sharing economy*) e a educação pode ser vista em várias atividades. Seguindo uma sistematização elaborada por Tilton (2024), destacamos nos três tópicos abaixo as mais evidentes:

1. Plataformas de Tutoria e Educação Online: plataformas online que permitem a disponibilização de aulas particulares, serviços de mentoria, cursos gerais online, cursos de diferentes níveis de educação formal (da educação infantil ao ensino superior) etc. Essas plataformas, no discurso de senso comum utilizado tanto pelas empresas proprietárias como pela maioria dos governos como justificativa para suas políticas, promoveriam a conexão de alunos a professores de forma mais acessível e conveniente, ampliando e democratizando o acesso à educação; no entanto, o que cada vez se torna mais difícil de ocultar é que promovem um gigantesco processo de padronização e empobrecimento cultural; a expropriação de conhecimentos e concentração pelos grandes conglomerados empresariais; a subsunção do trabalho docente, que deve se restringir àquilo que as plataformas permitem/possibilitam ou inviabilizam pela falta de condições técnicas e pedagógicas; o prolongamento das jornadas de trabalho e a redução dos salários; o adoecimento de professores e estudantes; a extinção de parte do trabalho docente e dos próprios trabalhadores docentes, substituídos por novas figuras (tutores, monitores, mentores, designers, engenheiros computacionais etc.)

2. Compartilhamento de Conhecimento e Habilidades: A *sharing economy* também pode ser vista como uma possibilidade diversa para compartilhar conhecimentos e habilidades por meio de plataformas digitais, como por exemplo, plataformas que permitem o compartilhamento de habilidades em áreas como idiomas, música, arte, tecnologia, entre outros, permitindo, por um lado, a ampliação da divulgação e a possibilidade de acesso por aquelas pessoas com acesso à internet; por outro, a criação de um novo comércio baseado em conhecimentos. Sobre este último aspecto, a desreferencialização cultural, ética e política de conhecimentos ultrapassam a já problemática massificação e padronização alcançando questões mais sensíveis à formação humana, tais como os aspectos da formação da personalidade humana, manipulação de sentimentos (Cabañas; Illouz, 2019) etc.

3. Acesso a Instituições Educacionais: há plataformas na *sharing economy* que disponibilizam o acesso a instituições educacionais, como escolas, universidades, cursos de treinamento profissional, oferecendo serviços de transporte, hospedagem ou até mesmo acesso a

aulas e palestras. Novamente, para além do discurso da democratização do acesso, está a ampliação do mercado educacional, com suas consequências não dirigidas à melhoria da formação humana, mas aos ganhos do capital.

Não é demais lembrar que a implementação da *sharing economy* na área educacional, assim como em outras áreas, traz implicações fortes sobre o mundo do trabalho, o que gera reações; cientes deste processo, os conglomerados empresariais que atuam na área até admitem que há desafios e preocupações, como a qualidade do conteúdo educacional oferecido, questões de segurança e privacidade, além de questões relacionadas à regulação e à equidade no acesso à educação. Porém, esta demonstração de preocupação está relacionada à garantia de continuidade dos seus negócios e ampliação de lucros, que podem ser afetadas por reações organizadas dos trabalhadores.

Quando nos reportamos à área educacional, e identificamos o que tem sido divulgado e promovido pelos APHs da burguesia brasileira e por OM's (Organismos Multilaterais), não é à toa que aparecem com insistência a construção de uma identidade entre educação e informação (em muitos momentos educação é reduzida a informação) e consequentemente a vinculação do acesso à educação de forma remota, seja através da EaD ou dos novos cursos digitais. Além de propiciar a criação de um amplo mercado para seus produtos (equipamentos, redes de conexão, objetos virtuais, aulas gravadas etc.) promovem um amplo controle sobre o processo de formação.

Essas organizações do capital – com auxílio de governos e de setores da própria classe trabalhadora – tratam o uso dessas tecnologias digitais e a ampliação do acesso à educação pelos meios digitais como democratização do acesso, facilitação da aprendizagem por novos meios e metodologias. Mas ocultam questões fundamentais, tais como a quem de fato pertence o espaço digital; quem controla a informação que por ele circula; o que é feito dos dados das pessoas que se conectam a ele; quais impactos na formação humana; quais novos controles estão surgindo e para que servem.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) no documento *A Caminho da Era Digital* por trás de um discurso de que a implementação da Era Digital traria benefícios para todos não esconde que na verdade tais mecanismos presentes na implementação das políticas por ela recomendadas visa manter o país na posição subalterna ocupada na divisão internacional do trabalho, recomendando, por exemplo ao tratar de questões estratégicas para o desenvolvimento do país, como a manufatura, “aumentar a adoção de tecnologia estrangeira” (OECD, 2020, p. 13).

A transformação do trabalho sob o impacto da adoção de mecanismos de digitalização de esferas distintas da produção da existência está sendo aprofundada rapidamente. No plano da legislação, há indícios do que o Estado brasileiro está fomentando como setores estratégicos para o processo de digitalização do trabalho. A formação humana, é evidente, vai sendo substituída por uma formação tecnicizada que dê conta de auxiliar no processo de transição para esta economia digital ou Era Digital (OECD, 2020). Basta verificar, por exemplo, o disposto na Estratégia Brasileira para a Transformação Digital, regida pelo Decreto nº 9.319, de 21 de março de 2018 (Brasil, 2018); ou no Plano Nacional Internet das Coisas, instituído pelo Decreto Nº 9.854, de 25 de junho de 2019 (Brasil, 2019), ao estabelecer como um dos temas prioritários a educação e

formação profissional (Art. 5º, inciso III). No plano educacional, a aprovação da Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023 (Brasil, 2023), que instituiu a Política Nacional de Educação Digital (PNED), dá consequência na política educacional ao que vinha sendo disposto na legislação de outras áreas.

Vale dizer, que essa forma de trabalho é um incentivo ao isolamento e contribui sobremaneira para tornar mais tecnificadas e menos humanas as relações de trabalho. O que do ponto de vista do controle é uma vantagem para chefes e *manangers* que lidam com trabalhadores isolados, que não se identificam como uma coletividade. Isso contribui para esmaecer cada vez mais nosso senso de comunidade, dando ganho à meritocracia e ao individualismo burguês. Antunes; Basso; Perocco (2021, p.18, tradução nossa) explicam que

[...] a digitalização sob a forma capitalística, com suas várias tecnologias (internet, internet das coisas, *IoB*, *blockchain*, conectividade móvel, nuvem, mega-dados, IA [inteligência artificial], *machine learning*, *deep learning* etc.) tem guiado a transformação da organização do trabalho em uma precisa direção: acelerar o ciclo de valorização do capital (produção e circulação sempre mais estreitamente interconectadas), para aumentar, em última análise, a margem de lucro.

Conexo a esse processo, especialmente impulsionado no período da pandemia de Covid-19, os mesmos autores indicam que o capital aprofundou o processo de reorganização e expansão de seu raio de ação, penetrando ainda mais profundamente em esferas sociais da saúde, da medicina, do tempo livre, da sociabilidade. Lembram que ainda que cada crise tenha sua especificidade, “desde sempre nas crises e através das crises o capital se reorganiza e transforma os processos produtivos, e ao fazê-lo reorganiza a inteira sociedade (Antunes; Basso; Perocco, 2021, p. 19, tradução nossa)”.

A realidade da reorganização societária, no entanto, não tem materializado as profundas melhorias para o trabalho veiculadas pelo ideário dos OM como a OECD (2020). Pelo contrário, o vertiginoso crescimento no volume de negócios e na centralização de capital dos grandes grupos globais da digitalização, como Google e Facebook,

foi acompanhada pelo crescimento exponencial de pequenas estruturas, fortemente flexíveis, subordinadas a estes grandes grupos globais e a sociedades de médio porte, à hierarquia da *supply chain* e do sistema de *outsourcing* – nas quais a força de trabalho é composta em sua ampla maioria de precários, executores de trabalho a curto prazo em plataformas de trabalho *on line*, com o estatuto de *freelancer*-consultores-colaboradores – que são lançados de cabeça na economia digital, alimentando posteriormente o processo de informatização da vida social em uma frenética busca de novos espaços de mercado nos quais possa vender os próprios produtos e serviços mais ou menos novos, e gerar novas necessidades (Antunes; Basso; Perocco, 2021, p. 19, tradução nossa).

O trabalho digital encontra na plataformização uma de suas formas mais acabadas para extração de mais-valia com alta intensidade, esse não lugar presencial (a plataforma) determina formas e conteúdo não deixando brechas para que surja algo fora do interesse do capital, fora de seu controle. E por esta característica, permite um profundo controle sobre os processos de

trabalho. É exatamente isso que também permite a ampliação do controle sobre aspectos educacionais e da formação humana, gerando um ciclo virtuoso para o capital.

PLATAFORMIZAÇÃO: UMA NOVA (FORMA)TAÇÃO PARA SENTIDOS, PENSAMENTOS E AÇÕES

O uso de plataformas digitais na educação teve grande impulso no período da pandemia de Covid-19. Aproveitando a janela de oportunidades (Souza; Evangelista, 2020), os capitais consolidaram o amplo processo de subsunção das atividades educacionais às suas demandas. Além de concentrar capitais e se apropriar de maneira crescente do processo de formação, os grandes conglomerados que controlam as plataformas e a infraestrutura digital aproveitaram para se apropriar dos dados de milhões de estudantes e professores que foram compulsoriamente inseridos no ambiente digital (Gjergji, 2021). Como enfatiza Scolari (2021, p. 65, tradução nossa), “o capitalismo do século XXI se tornou sempre mais dependente da extração e da utilização de um tipo particular de matéria prima: os dados.” E prossegue lembrando que a coleta dos dados não implica somente em seu registro, mas também em potentes sistemas de arquivamento aptos à sua conservação e análise.

Além do que já destacamos, os grandes monopólios ainda puderam ampliar sua imensa base de dados, estratégica para o desenvolvimento de novas tecnologias, como a Inteligência Artificial (IA)⁷. No processo de desenvolvimento da IA e de novos modelos, as empresas proprietárias das plataformas precisam de enormes bancos de dados, necessários ao treinamento dos algoritmos, tornando estratégica a propriedade de tais bancos de dados para com isso dispor de vantagem econômica. A obrigatoriedade de uso de plataformas digitais imposta às escolas públicas da quase totalidade dos Estados brasileiros disponibiliza compulsoriamente uma enorme quantidade de dados dos mais de 60 milhões de estudantes e professores brasileiros. Segundo Silva, Chiarini e Ribeiro (2024, p.34),

As empresas de plataforma produzem novas tecnologias e inovam por seu posicionamento privilegiado: ao comandarem fluxos de dados que passam por suas plataformas [...], possuem aparato técnico e organizacional para estar na vanguarda da inovação digital [...]. As empresas de plataforma geram novos modelos de inteligência artificial, pois possuem bancos de dados proprietários gigantescos para seu treinamento. Também fornecem feedback aos seus modelos de negócios sobre os *insights* gerados por esses mesmos dados, gerando um ciclo virtuoso de crescimento e dominação do mercado [...]. Além disso, por fim, as empresas de plataforma moldam e transformam os comportamentos sociais [...].

Os autores acima mencionados trazem dados da extrema concentração geográfica das empresas de plataformas. Com base em estudo que buscou identificar empresas cujo valor de mercado era acima de um bilhão de dólares estadunidenses, informam que 72% do valor de mercado está nos Estados Unidos e 22% em empresas asiáticas (Silva; Chiarini; Ribeiro, 2024, p.

⁷ Para Chomski (2023), a denominação de Inteligência Artificial a estas tecnologias é ideológica e visa ocultar o real ser inteligente que a produz, o trabalhador.

34). Em estudo do ano de 2022, os autores destacam que “identificaram mais de 3 mil empresas de plataforma em todo o mundo [...] e no Brasil foram identificadas apenas quatro empresas” (Silva; Chiarini; Ribeiro, 2024, p. 34).

Scolari (2021) explica que o escopo da atuação das grandes empresas para a plataformação do trabalho é garantir um conhecimento aprofundado e um controle em tempo real tanto dos gostos e preferências dos consumidores quanto do trabalho dos seus empregados. Destaca que já na passagem à organização científica do trabalho baseada no *ohnismo* emergiu essa necessidade, uma vez que com o sistema toyotista se liga a produção de mercadorias à demanda do mercado (*just-in-time*) e ao mesmo tempo se busca a mais completa internalização do comando capitalista “a fim de promover formas manipuladas de envolvimento dos trabalhadores na empresa (Scolari, 2021, p. 66, tradução nossa)”. Na sequência, o autor põe em destaque que a fábrica capitalista sempre foi um complexo sistema informativo no qual o trabalhador cada vez mais se tornava um sujeito que trata informações, e a relação homem-máquina assumia, sempre mais explicitamente, a troca de informações em estado puro, sempre menos mediado por transformações manuais. Porém os velhos modelos de negócios não haviam sido bem projetados para extrair e usar dados. Na busca de solução para este problema de natureza técnico-política é que as plataformas demonstraram ser

o melhor instrumento para coletar, manipular, analisar e processar quantidades crescentes de dados. Além disso, a partir desse elemento, como hoje, em todos os setores da economia, se difundiram sociedades privadas (Google, Facebook, Uber, Siemens, Monsanto) que reconfiguraram completamente sua própria estrutura e redefiniram os próprios mecanismos de funcionamento a partir das vantagens que as plataformas digitais podem garantir tanto no controle dos consumidores quanto dos trabalhadores. (Scolari, 2021, p. 66, tradução nossa).

No entanto, a forma pela qual as organizações do capital tratam a questão busca criar a ilusão de que há preocupação com todos os setores da sociedade. Vejamos, por exemplo, a abordagem dada pelo Banco Mundial:

No mundo todo, os dados vêm crescendo num ritmo nunca visto e estão se tornando parte integrante da vida diária da maioria das pessoas. Qual é a relevância disso para os mais de 700 milhões de pessoas que vivem em situação de extrema pobreza? O surgimento de novos tipos e usos de dados está melhorando suas vidas? Ou será que as pessoas e os países mais pobres ficarão para trás, criando uma lacuna cada vez maior entre os que conseguem colher os benefícios do novo mundo movido a dados e aqueles que não o fazem? (Banco Mundial, 2021, p. 3).

O movimento realizado é de reconhecer aspectos relevantes que compõem a questão e encaminhar proposições de soluções dentro do interesse estrito do capital e seus detentores:

As conclusões deste Relatório de Desenvolvimento Mundial ajudarão a moldar o apoio oferecido aos países clientes, identificando onde os investimentos dos setores público e privado são mais importantes; definindo um amplo programa de reformas de políticas públicas e assistência técnica; e destacando áreas nas quais iniciativas globais possam ajudar a reunir e viabilizar a cooperação transfronteiriça (Banco Mundial, 2021, p. VI).

Revista Educação em Foco, Juiz de Fora

O caminho indicado condensa as expectativas burguesas e busca gerar adesão dos trabalhadores-clientes a esse pretensão incontornável mundo novo da Era Digital. A ação vai sendo encorpada com a atuação das grandes corporações que além do domínio de dados e seu uso também dominam a infraestrutura de coleta e circulação.

O processo real, difere do indicado pelo discurso dominante. O extremo processo de apropriação pelo capital do setor educacional é expressão do processo de controle da formação e concentração de riquezas, o que se evidencia também no que nos informa Gjergji (2021, p. 211, tradução nossa):

[...] a nível global, os autores mais estabelecidos na indústria educacional são: 1) as cadeias de escolas privadas, como GEMS, ARK, Bridge Internacional Academies ou a Omega Schools (que estão expulsando do mercado global as escolas geridas pelos religiosos); 2) as grandes empresas multinacionais: Pearson, Microsoft, Apple, Google, Zoom, Youtube, Intel, Hewlett Packard e Blackboard; 3) as grades sociedade de consultoria: McKinsey e PriceWaterhouse Coopers; 5) algumas fundações, como: Bill e Melinda Gates Foundation ou Hellet Foundation; 5) as plataformas de educação *on line*, como Cousea e Udacity.

A ação coordenada de empresas e APHs se evidencia. Em mapeamento realizado pelo Centro de Inovação para a Educação Brasileira (Cieb) e *Abstartups*, no ano de 2020, foram identificadas 566 *edtechs* ativas no Brasil, das quais 46,8% tinham como foco oferta de plataformas (Cieb, 2020). O Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI) destacou em documento do ano de 2022 o cenário desafiador posto pelo acelerado processo de digitalização da educação:

gestores públicos desconhecem o funcionamento da IA baseada em dados ao aceitarem tecnologias “gratuitas”; empresas de tecnologia não compartilham informações com transparência sobre como utilizam dados e metadados; entidades do 3º setor têm sido financiadas em ações de cidadania digital por grandes empresas de tecnologia, omitindo questões sobre uso de dados para finalidades de negócio; e a comunidade acadêmica-científica não consegue ter acesso a dados com facilidade para fins de pesquisa (CGI, 2022, p. 31).

Novamente se impõe a necessidade de não descurar do imenso poder de incidir sobre o desenvolvimento educacional e formativo concentrado e poucas pessoas proprietárias das empresas que monopolizam a coleta, tratamento e circulação de dados, para uso privado em benefício próprio, com imenso risco de rupturas com padrões já muito problemáticos de sociabilidade democrática:

O debate sobre o fluxo internacional de dados passa necessariamente por reconhecer o que a infraestrutura de redes do conjunto de empresas de tecnologia conhecida pela sigla GAFAM – Google, Apple, Facebook, Amazon e Microsoft – representa para Internet e o seu papel central no impulsionamento da chamada economia baseada em dados (*data-driven economy*) ou economia informacional. Poucas empresas – americanas e chinesas – estão concentrando cada vez mais os usuários da Internet, constituindo um ecossistema socioeconômico, político, e cultural de controle, o que proporciona enorme poder aos proprietários dos sistemas. [...] A capacidade de recolher, armazenar, processar e interpretar dados

pessoais é o meio fundamental para a expansão de um poder empresarial inédito na história do capitalismo [...] (CGI, 2022, p. 31).

Quando cruzamos as informações de quais são os grandes capitais que estão atuando diretamente no controle de infraestruturas e apropriação de dados pessoais e na definição das políticas públicas pela inserção de APHs, vamos afunilando em um grupo muito restrito de grandes proprietários, com amplo poder econômico e político, que atuam na consolidação de sua hegemonia buscando atrair para seu projeto tanto intelectuais orgânicos quanto instituições, mas também um sem número de incautos que se voluntariam para serem seus próprios algozes. Afinal, criar ilusões e desreferencializar o processo de produção e reprodução social de suas bases reais também se torna mais eficaz com a digitalização, que cria uma camada extra de opacidade para as relações sociais existentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa que temos desenvolvido e que embasa este artigo tem demonstrado que por trás dos modismos e das novidades educacionais se escondem reais interesses da classe burguesa, que para além de apresentar novos produtos a serem comercializados, pretende dar forma e conteúdo aos processos educativos, principalmente daqueles que conformam a classe trabalhadora. A reconfiguração das relações sociais para atender o atual padrão de acumulação capitalista se expressa tanto na forma como as APHs atuam para construir um consenso sobre o que deve ser a educação pública, quanto na consolidação de conteúdos que visam adequar a formação humana de uma forma geral, também implicando no controle da formação docente e com isso atingindo todas as pessoas dessa sociedade.

Somando-se ao trabalho digital e à plataformização, temos as avaliações em larga escala, inclusive realizadas por OM e que produzem *rankeamento* e escalonamento para distribuição de recursos, negando a quem mais precisa, tanto por condições econômicas como geográficas, sociais e culturais, a possibilidade de melhorar.

É possível perceber, claramente, que as políticas educacionais em nosso país já revelam essa tendência em curso, do controle dos processos educacionais via plataformização e trabalho digital e tem nos APHs o seu cordão de frente que vai abrindo caminho e tecendo acordos entre governos e empresariado para nos convencer da inevitabilidade da educação digital sob controle do capital.

Há forte articulação do capital por meio do aparelho de Estado, de OM, de APHs, que buscam incidir na formatação de um novo contrato social, ao estilo do Banco Mundial, que instiga a “forjar um novo contrato social para dados é uma prioridade urgente de política interna, que exigirá o fortalecimento dos sistemas de dados nacionais e o engajamento de todas as partes interessadas em nível nacional” (Banco Mundial, 2021, p. VI), e da UNESCO (2022, p. 25), que mira o ano de 2050 para nos convocar a reimaginar o futuro juntos e “elaborar um novo contrato social para a educação”. Porém, nem todos os processos postos em ação pelo avanço dos capitais se desenvolvem sem oposição. As lutas de resistência dos trabalhadores também se fazem

presentes nesta quadra da história e se há alguma esperança, é nesse terreno fértil da luta internacionalista dos trabalhadores que será forjado o futuro, para além do capital e para não rumarmos à barbárie total e à devastação da vida.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo; BASSO, Pietro; PEROCCO, Fabio. Il lavoro digitale. Maggiore autonomia o nuovo asservimento del lavoro? **Socioscapes International Journal of Societies, Politics and Cultures**. Varazze: PM Edizioni, 2021.

BANCO MUNDIAL. **Relatório de Desenvolvimento Mundial 2021**: Dados para uma vida melhor. Washington, DC: Banco Mundial, 2021. Disponível em: <https://openknowledge.worldbank.org/bitstreams/e696b799-207a-59da-a884-2c55a19466c3/download>. Acesso em: 27 set. 2025.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: cursos no Collège de France (1989-1992). São Paulo: Companhia das Letras, 2014. e-book.

BRASIL. Presidência da República. Câmara da Reforma do Estado. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado**. Brasília: MARE, 1995. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf/@download/file/Plano%20diretor%20da%20reforma%20do%20aparelho%20do%20estado%20-%201995.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 9.319, de 21 de março de 2018**. Institui o Sistema Nacional para a Transformação Digital e estabelece a estrutura de governança para a implantação da Estratégia Brasileira para a Transformação Digital. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 mar. 2018. Seção 1, p. 1. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=DEC&numero=9319&ano=2018&ato>. Acesso em: 27 set. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 9.854, de 25 de junho de 2019**. Institui o Plano Nacional de Internet das Coisas e dispõe sobre a Câmara de Gestão e Acompanhamento do Desenvolvimento de Sistemas de Comunicação Máquina a Máquina e Internet das Coisas. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d9854.htm. Acesso em: 27 set. 2025.

BRASIL. **Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023**. Institui a Política Nacional de Educação Digital. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 jan. 2023. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=14533&ano=2023>. Acesso em: 27 set. 2025.

CABANAS, Edgar; ILLOUZ, Eva. **Happycracia**: cómo la ciencia y la industria de la felicidad controlan nuestras vidas. Barcelona: Paidós, 2019.

CGI. Comitê Gestor da Internet no Brasil. **Educação em um cenário de plataformização e de economia dos dados**: problemas e conceitos/ Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto

BR. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2022. Disponível em: https://www.cgi.br/media/docs/publicacoes/1/20220929112852/educacao_em_um_cenario_de_p_lataformizacao_e_de_economia_de_dados_problemas_e_conceitos.pdf. Acesso em: 21 set. 2025.

CHOMSKY, Noam. The False Promise of ChatGPT. **The New York Times**. [on line] New York, 08 mar. 2023. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2023/03/08/opinion/noam-chomsky-chatgpt-ai.html>. Acesso em: 05 set. 2025.

CIEB. Centro de Inovação para a Educação Brasileira. **Mapeamento Edtech 2020**: investigação sobre as tecnologias educacionais brasileiras. 2020. Disponível em: https://cieb.net.br/wp-content/uploads/2021/04/Mapeamento-Edtech-2020_web.pdf. Acesso em: 23 set. 2025.

EVANGELISTA, Olinda. Apontamentos para o trabalho com documentos de política educacional. In: COLÓQUIO A PESQUISA EM TRABALHO, EDUCAÇÃO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS, 1., 2009, Belém. **Anais [...]** Belém: UFPA, 2009. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/211971320/texto-Olinda-PDF>. Acesso em: 1 ago. 2025.

EVANGELISTA, Olinda; FIERA, Letícia; TITTON, Mauro. Diretrizes para formação docente é aprovada na calada do dia: mais mercado. In: **Universidade à Esquerda**. 2019. Disponível em: <https://universidadeaesquerda.com.br/debate-diretrizes-para-formacao-docente-e-aprovada-na-calada-do-dia-mais-mercado/>. Acesso em: 09 nov. 2025.

EVANGELISTA, Olinda. De protagonistas a obstáculos: aparelhos privados de hegemonia e conformação docente no Brasil. **Outubro Revista de Estudos Socialistas**, São Paulo, n. 35. p. 531-541, 2021.

FUNDAÇÃO TELEFÔNICA VIVO. **Retrospectiva**: Destaques do programa de voluntariado da Fundação Telefônica Vivo em 2024. São Paulo, 2025. Disponível em: <https://www.telefonica.com.br/fundacao-telefonica-vivo>. Acesso em: 27 set. 2025.

FUNDAÇÃO TELEFÔNICA VIVO. **Recomendações para implementação da BNCC computação**. São Paulo, 2024a. Disponível em: https://www.fundacaotelefonicavivo.org.br/wp-content/uploads/pdfs/Recomendacoes_para_Implementacao_da_BNCC_Computacao_1_.pdf. Acesso em: 27 set. 2025.

FUNDAÇÃO TELEFÔNICA VIVO. **Documento Orientador para atualização do referencial curricular**. São Paulo, 2024b. Disponível em: https://www.fundacaotelefonicavivo.org.br/wp-content/uploads/pdfs/E-book_2_Referencial_Curricular_Documento_Orientador_para_atualizacao.pdf. Acesso em: 27 set. 2025.

GJERGJI, Iside. Istruzione 4.0: l'impatto della digitalizzazione sul lavoro dei docenti scolastici in Italia. In: ANTUNES, Ricardo; BASSO, Pietro; PEROCCHI, Fabio. Il lavoro digitale. Maggiore autonomia o nuovo asservimento del lavoro? **Socioscapes International Journal of Societies, Politics and Cultures**. Varazze: PM Edizioni, 2021. p. 207-243.

GRAHAM, Mark; ANWAR, Mohammad Amir. Trabalho Digital. In: ANTUNES, R. (Org.). **Uberização, Trabalho Digital e Indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 47-58

GRANEMANN, Sara. Quando o capital vai às compras: direitos sociais, privatização e a acumulação capitalista. **Revista Linhas**, Florianópolis, v. 21, n. 46, p. 50–71, 2020. Disponível em: <https://revistas.udesc.br/index.php/linhas/article/view/1984723821462020050/pdf>. Acesso em: 30 out. 2025.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 2. Os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo. 9 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022a.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 03. Maquiavel, notas sobre o estado e a política. 11 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2022b.

HOEVELER, Rejane Carolina. O conceito de aparelho privado de hegemonia e seus usos para a pesquisa histórica. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, São Paulo, n. 5, p. 145-159, Ago/Dez, 2019. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/PHP/article/view/10792/6715>. Acesso em: 03 abr. 2025.

MARTINS, André Silva; SOUZA, Camila Azevedo; PINA, Leonardo Docena. Empresas Sociais e a Privatização de Novo Tipo da Educação Básica: Um Estudo sobre a Relação Público-Privada em Cidades de Minas Gerais-Brasil. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 28, n.183, p. 01-51, dez. 2020. Disponível em: <https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/download/5546/2557/25025>. Acesso em: 26 set. 2025.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

OCDE. **Professores são importantes**: atraindo, desenvolvendo e retendo professores eficazes. São Paulo, SP: Moderna, 2006. Disponível em: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/pt/publications/reports/2005/06/teachers-matter_g1gh5af3/9789264065529-pt.pdf. Acesso em: 14 ago. 2025.

OECD. **A Caminho da Era Digital no Brasil**. Paris: OECD Publishing, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/45a84b29-pt>. Acesso em: 09 set. 2025.

REIS, Luiz Henrique Fernandes dos. **Capitais Conectados**: Decodificando uma Rede de Influências do Capital para a Transformação Digital da Educação Básica. 2025. Tese (Doutorado em Educação)-Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/265716/PEED1814-T.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 30 out. 2025.

SILVA, Victor José; CHIARINI, Tulio; RIBEIRO, Leonardo Costa. Economia de plataformas: a eclosão de empresas brasileiras controladoras de plataformas digitais. In: KUBOTA, Luis Claudio. **Digitalização e tecnologias da informação e comunicação: oportunidades e desafios para o Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2024. p. 33-68. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/bitstreams/0b36f188-e436-4e67-a39c-c5b8f39c36fc/download>. Acesso em: 30 out. 2025.

SCOLARI, Fabio. Capitalismo delle piattaforme: un *putting out system* urbano? In: ANTUNES, Ricardo; BASSO, Pietro; PEROCCO, Fabio. Il lavoro digitale. Maggiore autonomia o nuovo asservimento del lavoro? **Socioscapes International Journal of Societies, Politics and Cultures**. Varazze: PM Edizioni, 2021. p. 57-76.

SOUZA, Artur Gomes de; EVANGELISTA, Olinda. Pandemia, janela de oportunidades para o capital educador. *In: Contrapoder*, 2020. Disponível em: <https://contrapoder.net/colunas/pandemia-janela-de-oportunidade-para-o-capital-educador/>. Acesso em: 09 nov. 2025.

TITTON, Mauro. **Impactos do capitalismo de plataforma e do trabalho digital sobre a educação e a formação de professores**. Relatório de Estágio Pós-doutoral. Impresso. Veneza: *Università Ca'Foscari Venezia*, 2024.

UNESCO. **Reimaginar nossos futuros juntos: um novo contrato social para a educação**. Comissão Internacional sobre os Futuros da Educação. Brasília: UNESCO; Boadilla del Monte: Fundación SM, 2022. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000379381>. Acesso em: 27 set. 2025.

Recebido em: 30 de outubro de 2025

Aprovado em: 11 de novembro de 2025